



Anais da Assembleia

N.º 18

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE MARÇO DE 1977.

ANO III

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1977.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ernesto Gnoato, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Basílio Zanusso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpellini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Roslindo Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Werner Wanderer (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Wilson Fortes, Aragão de Mattos Leão, Del Ciel, Domício Scaramella, Egon Pudell, Ernesto Da'Oglio, Fidelcino Tolentino, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Renato Bernardi, Waldenício Barbalho e Jurandir Messias (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

○ SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

○ SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

○ SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro regimentalmente, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de louvor à equipe de reportagem do jornal "Gazeta do Povo" pela matéria publicada na edição de hoje — 32ª página — a respeito das deficiências existentes na estrada que liga Curitiba a Rio Negro.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa, à direção do jornal referido.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., solicitando a instalação de uma agência daquele estabelecimento de crédito na cidade de Alvorada do Sul.

Estamos seguros de que numa rápida análise que se faça no referido município, facilmente se comprovará que o mesmo possui todas as condições e requisitos para receber uma agência do Banco do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1977.

(a) DÁCIO LEONEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas parlamentares, requer após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes ao Superintendente Nacional do Abastecimento (SUNAB), Dr. Rubem Noé Wilke e ao Delegado Regional da SUNAB, Pedro Tocafundo, evidenciando a necessidade da criação e instalação de uma Sub-Delegacia daquele órgão em Cascavel, com jurisdição sobre toda a região Oeste Paranaense.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1977.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido prende-se ao fato de termos sentido a necessidade de uma presença maior e mais efetiva deste órgão controlador, tanto através dos reclamos dos senhores vereadores da Câmara Municipal de Cascavel, da imprensa local alertando sobre o problema e, principalmente, ouvindo a população local a quem mais de perto atinge o problema. Assim sendo, solicitamos o apoio dos Senhores Deputados e pedimos à Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) especial atenção no trato da questão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer manifestação do Plenário a fim de aprovar o envio da seguinte sugestão à Secretaria do Planejamento da Presidência da República e o Conselho Nacional de Trânsito, "deverá ser fixada, para os grandes centros urbanos, como norma disciplinadora do trânsito e medida da racionalização ao consumo de combustíveis, também uma velocidade mínima aos veículos automotores e similares".

Sala das Sessões, em 21 de março de 1977.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A política da racionalização no uso dos combustíveis, passou a ser adotada ostensivamente pelo governo brasileiro. Entre as diversas medidas, a que mais sensibilizou a população e a que melhores resultados se obteve, sem qualquer dúvida, foi a de limitar em 80 km horários a velocidade máxima permitida. Fala-se agora em diminuir este limite para os centros urbanos. Daí a sugestão de adotar-se, também uma velocidade de mínima, pois assim como as altas velocidades, as baixas de igual modo, consomem mais combustível. Ademais, tal medida levaria a uma conscientização da população ao aproveitamento do tempo e se estaria evitando os grandes congestionamentos pela morosidade excessiva com que muitos se servem dos veículos. A disciplina de uma velocidade padrão, dentro dos limites de total segurança, seria, medida altamente vantajosa não apenas para economia de combustíveis, mas permitiria um fluxo de trânsito maior, com a perspectiva de baixarem os índices de acidentes de trânsito, em especial aqueles ocasionados por motoristas que imprimem velocidades incompatíveis com a pressa e urgência de tempo que se impõe à locomoção nas grandes cidades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer depois de ouvido o Plenário, o envio de telex ao Presidente Ernesto Geisel e ao Ministro Arnaldo

Prieto, do Trabalho, de aplausos e congratulações pelo encaminhamento ao Congresso Nacional, de mensagem, acompanhada de projeto de lei, alterado o Capítulo IV da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de conceder férias de 30 dias aos trabalhadores em geral.

Constata-se que através do referido projeto a ser aprovado pelo Congresso até o dia 01 de maio, que será permitido ao empregado perceber os 30 dias de férias, gozando 20 e receber um abono referente aos outros 10 dias.

Destaca-se ainda, como um dos pontos positivos do citado projeto de lei a alternativa de acréscimo de metade da gratificação do décimo terceiro salário, caso manifeste o empregado no mês de janeiro, a opção do seu recebimento no mês das férias.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1.977.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

JUSTIFICATIVA:

Foi com grande satisfação que recebemos a notícia de que o eminente Presidente Ernesto Geisel, atendendo a reivindicação, de há muito, das classes trabalhadoras, encaminhou ao Congresso Nacional, mensagem, acompanhada de projeto de lei, concedendo 30 dias de férias aos trabalhadores, além de outros benefícios paralelos.

Achamos louvável a iniciativa do Governo da República e, nesta oportunidade, desejamos acentuar que a administração federal, através seus órgãos competentes, deve, na medida de suas possibilidades e no sentido de aperfeiçoar a política governamental no que se refere ao âmbito trabalhista, determinar o apressamento dos estudos que ora se processam, para que novos dispositivos da CLT tenham seus conceitos modernizados e se reflitam, de imediato, em favor da classe dos trabalhadores.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei número 25/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União, um imóvel de sua propriedade, situado nesta cidade de Curitiba, à rua Dr. Keller, para que o mesmo permaneça como sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1.977.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

JUSTIFICAÇÃO:

No ano de 1954, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná deixou o antigo prédio, também de propriedade do Estado, que ocupava na Praça Carlos Gomes, nesta Capital, e transferiu-se para a antiga sede do governo paranaense, o tradicional Palácio São Francisco, que lhe foi cedido sem qualquer ônus e por prazo indeterminado.

São decorridos vinte e três anos de funcionamento, naquele local, do mais alto órgão da Justiça Federal em nosso Estado.

O majestoso prédio do alto São Francisco, durante esse tempo, sofreu diversas transformações, reformas e ampliações, de tal modo que, hoje, oferece perfeitas condições ao adequado funcionamento do órgão judiciário que vem abrigando há mais de duas décadas.

É sabido que a Justiça Eleitoral, em todo o Brasil, não obstante a magnitude das atribuições que lhe são cometidas, depende, em grande parte, para funcionar normalmente, da utilização dos recursos locais que lhe são fornecidos pelos Estados e pelos Municípios.

Isto, não só no que se refere ao recrutamento de pessoal, que abrange desde juízes até meros servidores burocráticos, mas também, na captação de meios materiais outros que lhe asseguram o perfeito e correto desempenho da sua alta missão.

Não é um favor ou ato de liberalidade que os Estados e os Municípios fazem para a Justiça Eleitoral no Paraná, instalando-se, definitivamente, em sede própria, compatível com a grandeza e complexidade de suas atribuições, tenha condições e meios para aprimorar seu funcionamento e assim crescer na admiração e respeito da coletividade a que serve.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rosário Pitelli, (Declina)

Havendo declinado, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz, neste instante à tribuna, é novamente o apelo a S. Exa. o Sr. Secretário de Transportes, a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, no que concerne, Sr. Presidente, no que se refere, Srs. Deputados, a duas estradas vitais do Norte Pioneiro.

A primeira é a estrada que liga Cambará a Jacarezinho.

É que nós pediríamos que o Sr. Secretário de Transportes, dentro daquele esquema de trabalho dinâmico, acelerasse a sua inauguração, porque aquela via asfáltica que há tanto aspiramos para a ligação das duas cidades importantes de nossa terra, já está quase pronta.

Então, confiando no tirocínio administrativo do Sr. Secretário de Transportes e no dinamismo do Sr. Governador Jayme Canet Júnior, é que fazemos este apelo.

E a segunda, ao Sr. Secretário de Transportes, refere-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, à estrada de Jaguariaíva ao Porto de Antonina, que tivemos a satisfação de ver estampada no matutino "Gazeta do Povo" de sábado próximo passado.

É uma luta nossa, é uma luta do ilustre Deputado João Fadel, que muito bem representa aquele município.

Então queríamos pedir vênica para ler o editorial da "Gazeta do Povo", de sábado próximo passado.

Na palestra que tivemos a oportunidade de proferir, diz assim o Exmo. Sr. Edgar Withers, na Assembléia Legislativa no dia 23 de novembro de 1973, dissemos:

"Quando as nossas autoridades se aperceberam das somas fabulosas que são empregadas na contrução, aparelhamento e exploração dos portos, necessariamente deixarão essa incumbência para as organizações particulares, reservando para si, a obrigatoriedade de aprofundar as barras e canais.

Assim, e só assim, a coisa funcionará.

Como esta solução inevitavelmente terá que ser adotada convenientemente, seria, reservar, desde já na área uma faixa aos exportadores, para que eles possam construir, usar e manusear o seu próprio equipamento, fugindo da monopolização, desta maneira, dos serviços de embarque e estocagem, por parte das entidades estaduais e federais".

"Foi a sugestão que apresentamos em novembro de 1973 diz o ilustre homem que, na "Gazeta do Povo", orienta, estimula a construção desta estrada.

Agora, verificamos, com satisfação, que ela está sendo ouvida e não mais seremos tachados de "falsos profetas".

Acaba de ser inaugurado, com a honrosa presença do nosso Exmo. Sr. Presidente da República, o terminal construído pelo esforço exclusivo da COTRIGUAÇU, organização que congrega dezenas de cooperativas do Norte do Estado.

A Cotriguaçu que conseguiu fugir do monopólio instituído pelo Porto, para embarque de mercadorias, construiu um equipamento bom, moderno que honra a visão de seus

dirigentes e engrandece nossa vizinha cidade. Nossos parabéns.

A concretização deste empreendimento, foi possível, graças aos esforços das autoridades que, nos últimos anos, com dragagens permanentes, conseguiram abrir a "galheta" e dar maior calado ao canal de acesso ao Porto.

Com a pavimentação da Cotriguaçu, é bem possível que haja diminuição no congestionamento dos veículos transportadores de cargas, e, o descongestionamento seria total, se o Governo desse o mesmo tratamento a Antonina, com o aprofundamento do seu canal, para que outras Cotriguaçu possam operar aqui".

Aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é estampado um mapa que liga Jaguariaíva a Antonina pela estrada íngreme mas, a estrada que encurta, em 210 quilômetros até o Porto de Antonina.

Então, estaríamos, neste instante, Sr. Presidente, solicitando dentro da área onde fazemos política, que é de Jaguariaíva a Cerro Azul, pedindo vênica a todos os Srs. Deputados que representam aquela área para que, unidos, sabendo da estrutura, sabendo do esquema, sabendo das dificuldades e sabendo, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados e ilustre povo do Paraná e sabendo que a necessidade é também vista por S. Exa., o Sr. Governador do Estado e pelo dinâmico Sr. Secretário dos Transportes, é neste sentido que fazemos um apelo para que seja estudado, para que seja posto no plano de viabilidade e prioridade "A", a estrada que liga Jaguariaíva a Cerro Azul, e, conseqüentemente, ao Porto de Antonina, para que, como disse o editorial da Gazeta de sábado passado, olhemos com interesse, olhemos com dedicação e até com euforismo para que, com esforço conjugado de todas as forças vivas de nossa região, possamos dar ao Paraná, em época oportuna e bem breve, dentro do esquema do Governo, uma estrada, onde se possa economizar 210 kms, se possa dar ao Porto de Antonina uma estrada necessária para engrandecimento do Paraná.

Então, estamos, neste instante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, requerendo a S. Exa., o Sr. Governador do Estado, de S. Exa. o Sr. dinâmico Secretário de Transportes. (LÊ):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o douto Plenário, apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, no sentido de dar prosseguimento ao estudo da estrada que ligará Jaguariaíva-Cerro Azul e Antonina, já estudada, que encurtará em 210 kms o percurso entre as zonas produtoras e o terminal marítimo.

É uma medida de vital importância para o descongestionamento de veículos e embarque de mercadorias, se o Governo desse o tratamento devido à Antonina, aprofundando o seu canal, para que outras Cotriguaçu possam operar. Somente assim haveria maior escoamento entre o terminal marítimo e a zona produtora, colocando desta forma aquela cidade mais perto dos centros que produzem a nova estrada tanto reclamada.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1977".

Sabemos, Sr. Presidente, sabemos Srs. Deputados, que é uma obra de grande vulto e que talvez, dentro do espírito dinâmico, dentro da estrutura do Governo Jayme Canet Júnior, seja uma obra gigantesca e que apelamos a S. Exa. que faça um estudo da viabilidade, porque o Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um Estado em franca ascensão; o Paraná, principalmente, o nosso querido Norte Pioneiro...

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Esta Presidência lamenta informar que o tempo de V. Exa. está esgotado e concede mais um minuto para que V. Exa. termine sua oração.

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado.

O nosso Norte Pioneiro necessita da realidade brasileira. Neste instante, quando vemos homens se voltarem aos

interesses do Porto de Antonina, nós, humildes representantes da parcela do Norte Pioneiro, vendo o Porto de Antonina ligado à cidade de Jaguariaíva, o meu amigo João Fadel, unido com o meu pensamento, podemos dizer ao Paraná e à sua gente: muito obrigado e queremos que Deus nos oriente para continuarmos nesta caminhada em prol do Paraná e do seu povo.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Esta Presidência tem a honra de anunciar, neste Plenário, a presença do Sr. Prefeito de Cambará, Sr. Sebastião Pereira da Silva e do Sr. Presidente da Câmara Municipal Sr. Ávila.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITEELI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os efeitos causados pela longa estiagem que sofreu nestes últimos quarenta dias a região norte do Estado podem e devem ser considerados graves para a agricultura.

O arroz, em certas regiões, perdeu até 100 por cento.

A soja, em conseqüência da seca, está sofrendo uma queda de 40 por cento.

Tal queda da safra prevista, representa, no orçamento do produtor e, porque não dizê-lo, no próprio orçamento do Estado do Paraná, uma cifra considerável, cuja reposição é necessária, é indispensável, especialmente para os lavradores, os quais fizeram investimentos agrícolas contando com melhor e maior quantidade de soja.

Só vemos uma solução para tão grande conjuntura: é o preço, um preço compensador, mas enquanto a produção ainda não houver sido negociada, enquanto ainda FOR DE PROPRIEDADE DO LAVRADOR, embora que servindo de garantias de débitos bancários, como é a rotina.

E esse melhor preço pode ser obtido, segundo as informações dos meios competentes, porque a margem de lucros entre o preço pago pela soja "in natura" e a mesma industrializada, tanto como no farelo, ou como no óleo, atesta excelente margem de lucros.

Nós somos, em face das razões expostas, dos que não acreditam se pretenda estabelecer o confisco sobre a soja.

Não cremos em tal medida, porque para contrabalançar o baixo preço fixado para o trigo, é imperioso um melhor preço para a soja.

E o Governo do Presidente Geisel que, ainda agora, acaba de fazer um apelo, por intermédio de S. Exa. o Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, para que o Paraná se mobilize para o aumento da cultura do café, do trigo e da soja, é um governo que tem exata noção das responsabilidades que pesam sobre os homens da agricultura e da pecuária, os quais, embora não desprezem incentivos fiscais ou bancários para as culturas agrícolas de suas empresas, preferem, como ensina o economista Joelmar Betting, um melhor preço, um preço justo, razoável, que esse sim, é o maior estimulador do empresário.

Aplaudimos o Ministro Paulinelli, quando em Cascavel formulou sincero apelo no sentido de que os produtos agrícolas sejam industrializados na fonte, na região de sua produção, com o que além dos lucros a serem gerados, darão maiores e melhores condições de trabalho à nossa gente brasileira.

Concluindo, pois, pedindo melhores preços para a soja e muito mais ainda, apelando às cooperativas das regiões produtoras bem como aos grandes empresários e às próprias autoridades municipais, para que promovam estudos de viabilidade de projetos industriais, para a soja para o trigo, para o algodão etc...

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra ao Sr. Deni Schwartz, quarto orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada estivemos nesta mesma tribuna e dizíamos e afirmávamos que desafiávamos os outros Poderes que tomassem medidas moralizadoras que se quer, que se deve ter no Poder Legislativo. Dentro desta idéia é que passo a ler uma reportagem do Estado "O Estado de São Paulo", de 4 de dezembro de 1976, portanto de três meses atrás. Mas, corrupção não tem prazo; corrupção quando não punida fica em pé. Portanto, passo a ler para que nos Anais desta Casa também apareçam os escândalos e a corrupção dos outros Poderes, o artigo chamado "Escândalos ficam impunes". (LÊ)

"Responsáveis por escândalos administrativos ocorridos no governo Médici, considerados mais graves que o protagonizado pelo Deputado Leonel Júlio, continuam impunes. Foram constatadas, entre outras, irregularidades no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), que culminaram na aplicação de multa simbólica a seus Diretores pelo Tribunal de Contas da União; transação imobiliária irregular no governo Hélio Prates da Silveira, entre a Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS) e uma construtora particular, malversação de dinheiros públicos no Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), envolvendo o presidente Ruiz de Gamba, demitido do serviço público; sem falar no episódio, nunca devidamente esclarecido, em que se envolveu o ex-governador do Paraná Leon Peres, forçado em consequência a pedir demissão do cargo.

Assim, como esses, o escândalo das mordomias não mereceu mais que uma nota da Presidência da República que se limitou a dizer que só cinco funcionários ganhavam mais de 80 mil cruzeiros mensais. Além disso, a impugnação de contas de órgãos do segundo escalão do governo Geisel já se tornou rotina no TCU, apesar da preocupação daquele Tribunal em examinar secretamente os processos que possam assumir aspectos de corrupção.

Recentemente, os gastos indevidos feitos pela mordomia do governador do Distrito Federal, Elmo Serejo Farias, que, segundo o Tribunal de Contas do DF utilizou \$ 5.373,00 para a compra de produtos de beleza, levaram apenas à abertura de inquérito para processo à imprensa.

CONTAS IMPUGNADAS

Somente no decorrer deste ano, o TCU impugnou as contas dos seguintes órgãos da administração federal.

Na Sudepe, o Tribunal apurou "desorganização total" nas contas e reconhece a impossibilidade de emitir certificado de regularidade. Os balanços financeiros não refletem a posição verdadeira da autarquia e a Comissão de Inspeção não pôde sequer afirmar que houve despesas além do crédito, pois não foi apresentada cópia da publicação do orçamento.

O TCU determinou rigorosa inspeção da Comissão Nacional de Energia Nuclear, para apurar a responsabilidade de seu presidente. Hervásio Guimarães de Carvalho pelas despesas avaliadas em 10.000.707,00, suprimentos, auxílios, sub-repasses e convênios nos exercícios de 1968 e 1974. Segundo o TCU, 21 funcionários da CNEN não conseguiram apresentar os comprovantes das despesas e serão responsabilizados.

Abastecimento de carros particulares por conta do governo, notas de compras, gasolina, sem indicação da quantidade fornecida, veículos oficiais com "chapa fria", pagamento de serviços não prestados e de diárias além do limite legal, diversas irregularidades em contratos, convênios, concorrências e pagamentos foram apurados pelo TCU nas contas das Coordenadorias Estaduais do Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra — PIPMO.

Ao examinar as contas da Comissão de Financiamento da Produção, exercícios de 1974/75, o Tribunal solicitou ao Ministério da Agricultura, esclarecimentos sobre a destinação de um pavimento do Edifício "Palácio do Desenvolvimento"

e de três apartamentos adquiridos em Brasília: a razão de vultosos depósitos mantidos em diversas contas do Banco do Brasil e em contas vinculadas da Caixa Econômica Federal, e a origem de uma vultosa receita extraordinária, oriunda do Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola, FUNDAG.

As contas de 1972/1975 do Departamento Nacional de Telecomunicações — DENTEL, foram julgadas irregulares e seus responsáveis punidos com multas simbólicas em razão de despesas de viagens de funcionários, não comprovadas e desrespeito às normas de licitação".

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta é mais uma salutar consequência da liberdade, mesmo que parcial, da imprensa brasileira.

É necessário, que os escândalos não fiquem impunes; e é por isso, que para refrescar a memória daqueles que têm a obrigação de fiscalizar os outros Poderes, é que fiz a leitura, nesta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Na semana passada, estivemos em Londrina, quando pudemos realizar várias visitas em estabelecimentos de ensino, procurando sentir as necessidades mais urgentes de cada um, além de observar o andamento das obras que lá são realizadas pelo Governo do Estado nesse importante setor de atividades.

Assim, pudemos constatar que vão bem adiantadas as construções de diversas unidades de ensino, merecendo destaque o Grupo Escolar Nilo Peçanha e as unidades escolares do Jardim Paraíso, Parque das Indústrias, Waldemar Jauer, Horto Florestal e Itamaraty.

Da mesma forma merece um destaque as ampliações que estão sendo executadas no Colégio Vicente Rijo, Marcelino Champagnat e Instituto Estadual de Educação.

Há contudo, uma obra que já deveria ter sido iniciada a CONSTRUÇÃO DAS OITO SALAS DE AULAS do Grupo Escolar Gabriel Martins e que até agora não teve início em virtude da posição assumida pela Prefeitura de Londrina, em não liberar o terreno para a referida construção.

Hoje mesmo estivemos na FUNDEPAR tratando do assunto e inclusive pedindo para que se faça um estudo da possibilidade dessa construção ser feita no próprio terreno onde atualmente funciona a escola ainda que com prejuízo de sua área, destinada a outras finalidades educacionais.

O fato é estranho, tendo-se em conta que o referido terreno foi doado à Prefeitura pela firma IRMÃOS LOPES e nele até sondagens já foram efetuadas, exatamente para a nova construção da escola.

Como a educação e a criança não tem cor política, enquanto se aguarda uma decisão do Prefeito de Londrina sobre a referida área, a FUNDEPAR deverá examinar o assunto, para, ainda que prejuízo para a própria escola, iniciar a construção no mesmo terreno o atual Grupo Gabriel Martins.

E a propósito de cor política, cumpre também comentar aqui um fato que acaba de ocorrer em Londrina.

Face a notícias de que teriam havido irregularidades na concessão de casas populares do conjunto Presidente, por parte da Cohab de Londrina, a bancada da Arena apresentou na semana passada um requerimento solicitando a constituição de uma comissão especial para apurar tais denúncias.

Fala-se que muitos protegidos receberam o benefício de casas populares, EM PREJUÍZO dos realmente necessitados.

E nessa distribuição das casas populares aos menos favorecidos, muita gente do "staff prefetural" acabou merecendo preferência na distribuição.

Comprovadas tais denúncias, estaríamos na eminência

de um verdadeiro escândalo.

Buscou então a bancada da Arena o melhor caminho: Constituir uma Comissão especial para descobrir a verdade.

Verdade que provaria a lisura e a decência na distribuição das casas populares, ou, poderia a mesma verdade provar que houve corrupção e protecionismo da parte da Cohab de Londrina.

Na última quinta-feira, no entanto, veio a surpresa: a bancada do MDB se uniu e barrou o requerimento.

Valeu a maioria.

Não se permitiu a constituição da comissão.

Nada se quer saber sobre o assunto.

A tomada de posição da bancada emedebista em Londrina é que cria a dúvida.

E nesta altura dos acontecimentos ninguém mais sabe se houve ou não "marmelada" na distribuição das casas populares.

Contudo ainda há uma réstea de esperança: a bancada da ARENA em Londrina deverá partir para uma CPI e talvez dessa forma as coisas possam ficar esclarecidas.

Vamos, pois, aguardar a CPI para saber se os denunciados são "culpados ou inocentes".

Era apenas isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados."

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra no Grande Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

(PAUSA).

Não se encontrando no recinto, concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos, constantemente, lido pela imprensa do Estado do Paraná e pela imprensa do Brasil afora, crimes praticados a quase 400 quilômetros da Capital de Curitiba, crimes horrendos, sem contudo se chegar aos verdadeiros criminosos.

Quero referir-me Sr. Presidente, Srs. Deputados, aos crimes tidos como insolúveis, na cidade de Londrina.

A "Folha de Londrina" e o "Diário Popular", a "Tribuna do Paraná", a "Folha de São Paulo" e tantos outros jornais do Paraná e do Brasil afora.

Coube ao jornal o "Diário do Paraná", fazer um retrospecto dos crimes ocorridos em nossa cidade, sem contudo se chegar aos seus verdadeiros criminosos.

Nós não sabemos, Sr. Presidente, se muitas das vezes, até processos desaparecem do Fórum de nossa cidade. Muitas das vezes até parece que estão encobrindo esses crimes.

Quero pedir licença aos Srs. Deputados para, num resumo, falar desses crimes.

(Lendo): "A história dos crimes insolúveis em Londrina começa em 1953, com um homicídio até agora não explicado pela polícia local. Inclusive, os autos do inquérito desapareceram por completo e nem no Fórum foram encontrados. Trata-se do brutal assassinato do comerciante Turfio Alvariza, proprietário do restaurante Gruta Azul que ficava instalado na Avenida Paraná. Alvariza como era chamado, ficou irreconhecível, tal o número de facadas e tiros que levou.

No dia 26 de março de 1953, Turfio chegava à sua casa, na Rua Tupi, depois de um estafante dia de trabalho, e, de repente, foi atacado por um homem. Os gritos chamaram a atenção de uma doméstica que residia em frente à casa da vítima e a mulher conseguiu ver um elemento que se evadia do local, vestido com uma capa branca e um chapéu preto. O assassino embrenhou-se no matagal que lá existia na época e nunca mais foi achado. Comentou-se que Alvariza havia sido morto por vingança, pois em Porto Alegre, onde residia, depôs contra um suspeito de assassinato, tornando-se responsável por sua prisão.

MUITOS OUTROS.

Somente em 1969, a polícia de Londrina estaria novamente em confronto com mais um insolúvel. O motorista de táxi Flávio Alarcon, bateu seu carro contra uma bomba de gasolina do Posto Cacique, hoje inexistente, e quando populares se aproximaram do veículo, notaram que o motorista havia sido morto com quatro tiros. Não se conseguiu encontrar os culpados, mas na época, a polícia presumiu que o motorista havia sido vítima de assalto. Pois foi encontrado sem o dinheiro que possuía e sem os pertences, como relógio e documentos. O inquérito foi encerrado, apresentando a tese de que Alarcon teria sido assaltado em outro local da cidade e recebido os tiros. Mesmo assim, conseguiu dirigir e chegar às proximidades do Posto Cacique, onde morreu, ficando o táxi sem controle.

CRIMES SEXUAIS

Em 1970, Londrina foi abalada com o crime mais perverso que se tem notícia até hoje, em todo o Estado. A menina Neila Ribeiro, de 11 anos de idade, foi brutalmente assassinada, depois de ter sido submetida a toda espécie de torturas físicas e estupro. Seu corpo foi encontrado num matagal do Jardim San Remo e estava todo marcado com queimaduras feitas por cigarros.

Neila havia sido vítima de anormais e era apenas uma escolar de 11 anos que cursava a quarta série do primário. O processo consta atualmente com 375 páginas, e para a Justiça o caso não é mais insolúvel, pois três jovens filhos de influentes famílias de Londrina, foram denunciados em 5 de setembro de 1974, pelo Promotor Sérgio Borges. O Promotor apontou João Alberto Aires Bandeira, vulgo "Orelha", Antônio Yasaburo, Nishyma, vulgo "Yako" e Ricardo Queirolo Neto, como os responsáveis pelo crime, baseando-se em depoimento de várias testemunhas, inclusive o de uma protistuta que dizia ter recebido dinheiro do pai de Ricardo Queirolo para que não denunciasse seu filho. O acusado conseguiu safar-se da cadeia porque seu advogado provou que na época do crime Ricardo não havia completado a maioridade. Ele também já foi acusado e responde pelo uso de entorpecentes. "Orelha" também já foi acusado e responde processo por curra. No próximo dia 24, será inquirida mais uma testemunha no Fórum de Londrina.

No dia 6 de fevereiro de 1974, a cena grotesca volta a se repetir: Alice e Mitsuko Kawano, duas feirantes, foram violentadas e mortas a pedradas, a 100 metros do local onde foi encontrado o corpo de Neila Ribeiro. As duas nisseis foram mortas quando o dia amanhecia e os responsáveis não foram descobertos até hoje. José Schetti, que já responde vários processos por curra e pelas práticas forçadas de sodomia, foi apontado como o principal suspeito. Mas, na época, seu advogado conseguiu interná-lo num sanatório para doentes mentais, até que a polícia esquecesse o caso, o que aconteceu.

Depois disto, Schetti desapareceu e atualmente se encontra detido em São Vicente, desde o dia 30 de outubro do ano passado. Ele foi acusado de traficar drogas, na cidade paulista.

Um emaranhado de pistas confundiu os policiais naquela ocasião e, no fim de vários meses de investigação, nada de positivo foi apresentado. Kawano, pai das vítimas, que morreu no ano passado, ia constantemente ao local onde ocorreu o crime brutal. Munido de uma enxada, ele cortava o matagal, roçava e chorava por suas filhas.

Londrina seria abalada, mais uma vez, no ano seguinte, mais precisamente no dia 7 de junho de 1975, quando Elisabeth Cândido da Silva, uma estudante de 15 anos foi estuprada e estrangulada num matagal do Jardim Bandeirantes. João de Jesus, corredor de automóveis, foi apontado como principal suspeito pelo delegado Raimundo Nonato Siqueira, porque na noite do crime, foi visto próximo ao local onde Elisabeth foi morta. João foi preso por acaso, pois na mesma noite havia sido

assaltado. Pela manhã, o corredor apresentou-se na Delegacia, com as roupas sujas de sangue, devido ao espancamento sofrido. Bastou isto para ser incriminado. Dias depois, exames técnicos provaram sua inocência, mas não para a família de Elizabeth. Sua mãe acredita, até hoje, na culpabilidade do corredor.

No entanto, agentes policiais suspeitam de elementos que freqüentavam a estudante. Seu padrasto, Manoel da Silva, é conhecido marginal e já esteve detido várias vezes. No ano passado, ele subornou o Delegado de Ibiporã, Capitão Hirolis Egídio Godoy, para que facilitasse sua fuga, junto com outros dois companheiros. O plano deu certo, mas dias após a fuga foi descoberta.

CIDINHA

13 dias mais tarde, a vinte de junho de 1975, Aparecida Antônio da Silva, era encontrada na estrada do Limoeiro, próximo ao Aeroporto de Londrina, totalmente nua e curvada sobre o próprio corpo. Nas costas, apresentava uma profunda perfuração feita com um punhal. Antes de Cidinha morrer "Cidinha", como era conhecida, foi submetida a torturas físicas, a dois quilômetros do local, foi encontrada também, uma Belina abandonada e no seu interior, as peças íntimas da vítima. As investigações não levaram a nada e, depois de algum tempo, como sempre acontece, o caso foi esquecido. "Cidinha" havia abandonado o marido e os filhos um ano antes de ser morta, passando a viver do "Trotoir". A tese sustentada pela polícia é que "Cidinha" foi morta devido a uma possível briga com algum acompanhante,

Além dos crimes sexuais, outros existentes e ainda não foram solucionados, como a morte de Alexandre Inácio da Silva, guardião da Cervejaria Skol. Inácio foi morto na noite de 21 de outubro de 1971 dentro das dependências da Skol em Londrina.

Não foi feita a necrópsia e as balas que mataram o guardião não foram retiradas de seu corpo. Isto dificultou as investigações e até hoje não se sabe nem com que arma foi morto Alexandre Inácio.

Albino Caiado de Castro, fazendeiro residente em Goiás, recebeu dois tiros na noite de 20 de março de 1985, depois de sair da Boite Copão, no centro de Londrina. O fazendeiro morreu quase que instantaneamente e, o responsável fugiu pelas ruas da cidade, sendo visto apenas por um guarda noturno que não conseguiu detê-lo. Depois de investigações a Polícia chegou à conclusão de que Albino fora morto por questões de terras, mas os culpados não foram denunciados até hoje.

TENTATIVAS DE RESOLUÇÕES

Não se sabe exatamente porque, mas o fato é que, no ano passado, o delegado Dorval Simões, titular da Delegacia de Homicídios de Curitiba, veio diversas vezes a Londrina, no intuito de solucionar os não solucionados. Depois de convocar a imprensa e falar sobre casos já resolvidos por ele, Dorval Simões repetiu o que os delegados anteriores haviam feito:— Tomar depoimentos de testemunhas e suspeitos, sem apresentar resultado positivo. Agindo arbitrariamente, Simões tentou responsabilizar inocentes, mas todas as prisões preventivas solicitadas pelo Delegado de Curitiba foram negadas, por falta de provas.

Na opinião de vários policiais de Londrina, os crimes insolúveis poderiam ter sido resolvidos, mas na época em que ocorreram. Porém, desaparelhada e sem planejamento, a Polícia de Londrina está perdendo para os criminosos.

BABORA

O último crime que repercutiu em toda a região:— A morte do play-boy Waldemar Babora, de 180 kilos, filho adotivo de Francisco Babora e herdeiro absoluto de imensa fortuna em terras e empresas. Babora foi encontrado morto no interior do carro de sua mulher, na ponte sobre o Rio Tibagi em Sertãoópolis. O corpo apresentava duas perfurações à bala, calibre 32. Mais tarde, o laudo médico instruiria o Delegado Osnilo Carneiro Leme, indicando que a morte de Waldemar ocorreria

em Londrina, isto porque nas primeiras horas da manhã, Waldemar apresentou-se na Delegacia de Londrina e registrou uma queixa, dizendo que estava sendo ameaçado de morte. A vítima não foi mais vista, sendo encontrada pela manhã em Sertãoópolis. Os cálculos foram feitos e chegou-se à conclusão que Waldemar não fora morto no local em que foi encontrado e, sim, logo depois de ter saído da Delegacia de Londrina. Suspeitas foram levantadas e muitos acusaram Herculano de Freitas, que em novembro de 1976, estava contratando um pistoleiro para matar Babora. Mas nada ficou provado e a Polícia praticamente se esqueceu do crime".

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Aí estão retratados alguns crimes ocorridos em nossa cidade, a quatrocentos e poucos quilômetros de Curitiba, sem que se chegasse a um resultado positivo.

V. Exa. Deputado José Domingos Scarpelini, tem o aparte **O Sr. José Domingos Scarpelini** — Eu uso do aparte que V. Exa. me concede, apenas para elogiar a posição que V. Exa. toma neste momento, no cumprimento do mandato, trazendo a conhecimento da Casa e solicitando as providências que são cabíveis e necessárias. E, também, para dizer a esta Casa que este Deputado tem conhecimento de casos idênticos de crimes que até hoje não foram solucionados, de inquéritos que até hoje não foram concluídos na Delegacia de Apucarana, pela omissão da polícia daquela Delegacia de Polícia.

Nós estamos fazendo um sério levantamento sobre casos de natureza idêntica a esses de Londrina, porque nós temos de policiar a polícia, também, no Estado do Paraná. Nós temos que fiscalizar e zelar para que isto que aconteceu com as famílias de brasileiros do Norte do Paraná, não venha mais a acontecer. Nobre Deputado Otássio Pereira, V. Exa. se referiu neste exato momento, aos crimes que aconteceram e que vieram a público e, eu, nesta oportunidade, lastimo em denunciar, sem que medida nenhuma tenha sido tomada à altura dos acontecimentos, o uso de entorpecentes em todo o Paraná. E a Polícia, no nosso entendimento, também é conivente em muitos casos, como este, pois em Apucarana, Deputado Otássio Pereira, e vou denunciar isso na tribuna quando estiver de posse de toda documentação que estou em busca, assistiu e assiste, agentes de segurança, em Apucarana, traficando entorpecentes e é muito sério, muito grave. Portanto, nobre Deputado, V. Exa. é muito feliz, quando traz estes fatos para a tribuna, quando traz este fato para esta Casa de Leis, para que aqui se peçam as providências necessárias para que o crime e a omissão não tomem conta deste Estado. V. Exa. está de parabéns pela maneira como se conduziu em levar os fatos que aconteceram em Londrina, insolúveis, para a Capital do Café e para o Paraná, insolúveis pela omissão mas que na prática, por homens descomprometidos, poderiam ter chegado a uma correção. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Agradeço o aparte do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós assomamos à tribuna nesta oportunidade, não com o intuito de fazer críticas, não com o intuito de menosprezar esta ou aquela autoridade, mas assomamos à tribuna nesta oportunidade, Sr. Presidente, somente com a vontade de solicitar às autoridades competentes e em particular a S. Exa. o Sr. Secretário que cuida desses assuntos, Secretário de Justiça, que tome as providências devidas de fazer enviar a Londrina, um pessoal competente, para que realize um levantamento e se descubram os verdadeiros assassinos que vêm colocando em polvorosa a sociedade londrinense e em sobressaltos a população de minha terra, Nós fizemos aqui um apelo e se até for necessário nós iremos solicitar uma Comissão de Deputados, para conversarmos com as autoridades levando, à reivindicação dessas autoridades, soluções para a nossa sociedade.

Logo após, Sr. Presidente, nós encaminharemos um requerimento a V. Exa., que deverá ser enviado às autoridades, so-

licitando providências para esse caso.

São essas as nossas palavras.

Muito obrigado, e era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Consulto o Deputado Valter Pietrângelo se vai usar a palavra no Grande Expediente, pois restam somente cinco minutos.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, cinco minutos não é possível. O nosso pronunciamento é bastante longo e ficarei para o Grande Expediente de amanhã. Nós, inclusive iríamos usar da palavra em nome da liderança da bancada do MDB, mas já declinamos, pois cinco minutos é insuficiente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Concedo a palavra à liderança do MDB, por quinze minutos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Tendo declinado, consulto a liderança da Arena se vai usar do tempo que lhe é concedido.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Está Dispensado.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente, Necessita de apoio.— **Apoiado.**— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 132/76, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública, a SOCIEDADE BENEFICENTE DOS OFICIAIS DAS FORÇAS ARMADAS — SBOFA, com sede na cidade de SANTA MARIA, Estado do Rio Grande do Sul. Com parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— **EM REGIME DE URGÊNCIA.**— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de louvor à equipe de reportagem do jornal "Gazeta do Povo" pela matéria publicada na edição de hoje, a respeito das deficiências existentes na estrada que liga Curitiba à Rio Negro.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de dar prosseguimento ao estudo da estrada que ligará Jaruaíva-Cerro Azul e Antonina.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Superintendente Nacional de Abastecimento e Delegado Regional da SUNAB, evidenciando a necessidade da criação e instalação de uma Sub-Delegacia daquele órgão, em Cascavel. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando seja enviado telex ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro do Trabalho, consubstanciado em voto de aplausos e congratulações pelo encaminhamento ao Congresso Nacional, de mensagem, acompanhada de projeto de lei, alterando o Capítulo IV da CLT, a fim de conceder férias de 30 dias aos trabalhadores em geral. **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel,

constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., encarecendo a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito, na cidade de Alvorada do Sul.— **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente, solicitando seja enviada sugestão à Secretaria de Planejamento da Presidência da República e ao Conselho Nacional de Trânsito, no sentido de fixar aos grandes centros urbanos, uma velocidade mínima, com medida de racionalização.— **APROVADO.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 137/76; marcando ainda, uma sessão extraordinária, para amanhã, dia 22, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 135/76.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA NÚMERO 123/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 1057, de 03 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar a funcionária DELTA DE ALMEIDA CARDOSO, matrícula 329, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da Arena e do Governo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de março de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 126/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

designar EROS RUPPEL ABDALA, matr. 119, ocupante do cargo de Diretor Adjunto do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para assessorar o Diretor do Departamento Administrativo, tornando sem efeito as Portarias 99/77 e 117/77, respectivamente, de 15/03/77 e 17/03/77.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de março de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 127/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1434, de 11 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I - revogar a Portaria 46/75, de 26 de fevereiro de 1975, na parte a que se refere a designação de RENATO MARIO MIGUEL, funcionário Contratado deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência e;

II - revogar a Portaria 96/75, de 19 de março de 1975, que designou ALZIRO SANTIN, funcionário Contratado deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo e

ARENA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

PORTARIA NÚMERO 128/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 1434, de 11 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários Contratados deste Poder, ALZIRO SANTIN e RENATO MÁRIO MIGUEL, para prestarem serviços no Gabinete da Presidência, nas funções de Motoristas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de um mil novecentos e setenta e sete, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, na Sala de Reuniões das Comissões, com a presença dos Senhores Deputados: Wilson Fortes, Nelson Buffara, Fabiano Braga Cortes e Werner Wanderer. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou aberto os trabalhos. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado o seguinte Projeto de Lei: PROJETO DE LEI número 12/77, oriundo de Mensagem Governamental número 52/77, objetivando fixar a partir de 01 de janeiro do corrente ano, novos valores de vencimento dos cargos efetivos e em Comissão de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como dos integrantes da Polícia Militar. Relator: Deputado Wilson Fortes, Presidente, que avocou o Projeto de Lei, dando o parecer favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da reunião, da qual para constar, eu Elza Carneiro Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo senhor Presidente e por mim Secretária, a fim de que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 21 de março de 1977.

(aa) WILSON FORTES — Presidente
Elza Carneiro Camargo — Secretária